



MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

02.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – DOCUMENTOS PREVISIONAIS: ORÇAMENTO PARA 2024 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUINQUÉNIO 2024/2028

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 108454**, datado de **2023.12.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.12.04, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta em epígrafe, para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetido um link de acesso aos referidos documentos, o qual foi previamente dado a conhecer a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Senhor Presidente** apresentou e submeteu a discussão os documentos indicados em epígrafe, resultantes do trabalho interno dos serviços municipais, com as sugestões colhidas após distribuição de documento preliminar pelos senhores vereadores. Foi cumprido o estatuto do direito de oposição, em conformidade com o n.º 3, do artigo 5.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio.-----

---- A proposta do orçamento importa tanto na receita, como na despesa, em **66.360.850,00€** (sessenta e seis milhões, trezentos e sessenta mil, oitocentos e cinquenta euros).-----

---- O processo encontra-se instruído com a informação registada sob o n.º 105.420/2023, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** efetuou uma breve apresentação dos documentos. -----

---- (Aprovado em minuta)”. -----

----- Esteve presente, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira a fim de apresentar uma projeção síntese sobre os principais pontos da matéria em análise (ver processo arquivado na respetiva pasta). -----

----- Finda a exposição, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição proferida, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade representante grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “No documento que nos foi entregue, em PDF,



página 302, há aqui uma questão contabilística que eu gostava de perceber, é mesmo curiosidade técnica. -----

Estão lá 10 milhões referentes à questão de construção e reconstrução da habitação acessível. Pelo que sei, o protocolo são 27 milhões de euros, inicialmente eram 24 milhões, mas depois aumentou. -----

A questão debateu-se na CIM esta semana e eu gostava de perceber como é esta contabilização. Se é pelo IHRU, se é pelo Município. Depois é uma despesa nula. -----

Faltam aqui alguns valores e eu gostava de perceber como é que isso se faz. Curiosidade técnica. -----

Agradeço a intervenção técnico política do Dr. Fernando Marques e agradecemos a qualidade das suas intervenções. -----

Este orçamento, aliás, em abono da verdade, a grande maioria dos orçamentos municipais, apresentados por esse país fora, tem quase todos o pomposo rotulo de “O maior orçamento de sempre”. Tudo isto seria fantástico, não fosse o facto de ser uma enorme falacia, geral volto a sublinhar, um dado absolutamente enganador visto que quase todos estão “insuflados” com saldos de gerência absolutamente absurdos, como podemos verificar no caso de Ourem, com quase 11 milhões, isto numa visão absolutamente conservadora. Na minha opinião tudo isto tira certeza e acima de tudo dignidade, a um documento que deveria ser o fio condutor da política municipal. -----

Como foi verificado pelas votações que antecederam, existem vários pontos deste orçamento nos quais estamos claramente em desacordo, pensando que faríamos melhor e acima de tudo diferente, senão vejamos: -----

- aumento brutal no valor cobrado de impostos -----
- a não diminuição da taxa de IMI para o mínimo -----
- a não devolução da comparticipação de IRS aos munícipes. -----
- Analisado o orçamento e as GOP’s com mais pormenor, não temos muitas dúvidas que vamos ter mais um ano de incumprimento -----
- É um orçamento de continuidade, uma estratégia política que beneficia as obras em detrimento das pessoas -----

Se tivéssemos uma política de oposição de “bota abaixo”, de está tudo mal, o voto contra seria o indicado. Queremos ser um0 oposição construtiva, procuramos só e somente o melhor dos



nossos concidadãos e por isso, verificámos que algumas das ideias que pacientemente fomos propondo na vereação e nesta assembleia, aparecem neste orçamento e nestas GOPS, como por exemplo: -----

- A construção de uma creche publica (absolutamente indiferente quem fará a gestão). Se bem se lembram, aquando da realização de uma assembleia. Na qual diversas mães vieram intervir, numa posição de quase desespero, procurando solução para a colocação dos seus pequenos filhos, logo nesse dia, esta bancada municipal do PS disse que a solução também poderia passar pela construção de equipamentos municipais, como estava a ser feito por concelhos vizinhos. Lembro-me muito bem da posição do Sr. Presidente de Camara, que num tom exaltado, disse algo do género “Esse não é o papel dos municípios, é das IPSS e dos privados”. Pois agora aqui consta a Requalificação da Antiga Escola de Louças – Creche. -----

- Possibilidade de elaboração do Plano de Urbanização de Caxarias. Tanto que temos pedido estes planos para as nossas freguesias, sendo esse um factor determinante para tentar evitar o abandono do interior do nosso concelho. Lamentamos obviamente que só vá acontecer em 2026!!!! -----

- A construção para arrendamento a custos acessíveis, que está prevista. Se ao valor que queríamos, sendo um investimento com custo 0 para o município? Claro que não. Mais uma oportunidade perdida por puro fundamento ideológico. -----

São estes pequenos sinais, demonstrativos que a oposição está para somar, que nos levam a abstermo-nos na votação do Orçamento e grandes opções do Plano.” -----

= **JOÃO CARLOS JESUS PEREIRA**, na qualidade representante grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Em relação à proposta de Orçamento e GOP para 2024, o MOVE reconhece o esforço do executivo na preparação deste instrumento vital para o desenvolvimento do nosso concelho. -----

Sabemos que a elaboração de um orçamento é sempre um exercício injusto, porque se trata de escolhas, de opções que temos de fazer em detrimento de outras. -----

Por isso, um orçamento não é um documento consensual, muito longe disso, como temos visto, aliás, na discussão dos orçamentos de anos anteriores. -----

Seja como for, quem tem a competência para elaborar o orçamento tem sempre o poder para fazer as escolhas que entende serem as melhores e as mais acertadas para satisfazerem as necessidades da população, ainda que depois, na prática, algumas dessas escolhas possam



não ser demonstradas pela realidade, ou então suscitem dúvidas e críticas – e isso acontece amiúde – por parte daqueles que acham que podiam fazer bem melhor. -----

Certo é que a elaboração de um orçamento é sempre um dilema para quem tem o poder de decisão. -----

No entanto, ao reconhecermos esta dificuldade, não estamos obviamente a abdicar da nossa capacidade e poder de crítica, sobretudo nos momentos em que achamos que ela se deve impor. -----

Razão por que entendemos que o orçamento para o exercício do próximo ano se manifesta algo ambicioso, mormente no capítulo do investimento. -----

De facto, de acordo com o orçamento, o investimento total (directo e indirecto) ascende a mais de 29,5 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de cerca de 14,6%, quando comparado com 2023. -----

Ainda que esta seja sempre uma boa notícia, sobretudo para aqueles que esperam há anos por obras e melhoramentos, não deixa de ser ao mesmo tempo preocupante e suscitar dúvidas o facto de, neste capítulo, a execução orçamental das despesas de investimento, em 30 de Junho do corrente ano, se situar apenas nos 29,6%, o que nos demonstra que, em teoria, maiores volumes de investimento não significam, depois na prática, despesa efectivamente realizada. -----

Damos o benefício da dúvida, esperando que o executivo consiga, neste segundo semestre, cumprir os objectivos a que se propôs para 2023, replicando no próximo ano a mesma receita. Que assim seja! -----

Por outro lado, e mesmo que este ano o tenha feito de forma extemporânea, o MOVE reiterou os contributos para o orçamento 2024 que havia feito o ano passado, apresentando um conjunto vasto de propostas que entendeu pertinentes, pois que está empenhado em contribuir de forma construtiva para a melhoria das condições de vida dos ourensenses. -----

Isto porque continuamos a acreditar que a partilha de ideias e propostas deve ser contínua no tempo, e não apenas uma estratégia eleitoralista. -----

Certo é que a nossa principal motivação continua a ser o bem-estar das pessoas e a satisfação das suas necessidades, razão pela qual encaramos as nossas propostas, embora apresentadas de forma genérica e sem quantificação orçamental, como um estímulo para que



o executivo sobre elas pudesse reflectir e, quiçá até, definir projectos que as integrassem, colocando-se desde já o MOVE disponível para participar de todas as formas possíveis. -----

Este ano, voltamos a insistir na ideia de que estamos num momento crucial no que se refere, por exemplo, à gestão da energia, da água e da descarbonização, áreas abrangidas pelo PRR, o qual tem em conta estas necessidades e apoia projectos que visem estes objectivos. -----

Para tanto, o MOVE continua a considerar que muito há ainda a fazer relativamente a esta matéria, e que é fundamental a criação e execução de projectos nestas áreas. -----

Paralelamente, o MOVE propôs diversas medidas concretas, que, ao longo dos últimos anos, têm vindo a ser publicadas nas suas redes sociais, e que julgamos vão ao encontro das necessidades dos oureenses, e que abrangem temas tão diversificados que vão desde a gestão da água e da energia, passando pelo ambiente, floresta, biodiversidade, saúde, acção social, habitação, cultura e associativismo, até às áreas ligadas ao património, arqueologia, acessibilidades, bem-estar animal e educação. -----

Dizer-vos ainda que, no que ao Orçamento e GOP para 2024 diz respeito, continuamos a ser confrontados com um documento pouco ambicioso, designadamente do ponto de vista da defesa do meio ambiente ou da energia. -----

Só para dar o exemplo do investimento previsto para a defesa do meio ambiente, constatamos que o aumento em 2023 quando comparado com 2022 foi de apenas 0,26%. E para o próximo ano, o investimento previsto é pouco mais de 800.000 euros, o que representa um acréscimo relativamente a 2023 de apenas 5,5%. -----

O cenário é ainda mais devastador, quando sabemos que dos 45.990.300,00€ previstos em GOP, a verba destinada ao ambiente tem um peso bastante residual de apenas 1,75%. -----

Não me querendo alongar mais, dizer-vos ainda que há que aproveitar melhor as novas competências que o município assumiu, definindo projectos inovadores e com impacto directo na vida das pessoas, que não sejam apenas feitos de betão – que, como é óbvio, também é preciso –, mas insuficientes face ao contexto actual de dificuldades e privações em que vive a generalidade dos portugueses, mas também dos oureenses. -----

Principalmente, tendo presente o quadro macroeconómico complexo que se antevê para o próximo ano, em relação ao qual se impõe a adopção de medidas rápidas e concretas, sem as quais o futuro dos oureenses será muito mais difícil. -----



Tal como disse no ano passado, não querendo comprometer o futuro dos ourenses, mas também não querendo passar um cheque em branco ao executivo da Câmara Municipal, o MOVE, por tudo o que ficou dito, decide **ABSTER-SE** neste ponto da Ordem de Trabalhos.” ----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, na qualidade representante grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Ex.mos Senhores; -----
Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----
Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----
Vereadores, -----
Membros da Assembleia Municipal, -----
Presidentes, de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----
Funcionários, -----
Convidados, -----
Ex.mos Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----
A todos aqueles que nos acompanham através da transmissão online desta sessão plenária, ---
Minhas Senhoras, meus Senhores, -----
Dois anos volvidos neste segundo mandato de governação municipal da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, contrariamente á sena política nacional, temos dentro do nosso concelho estabilidade política que se traduz num desenvolvimento a olhos vistos das infraestruturas, viárias, industriais, escolares e outras mais, o que muito nos orgulha. -----
Mais uma vez aqui estamos para discutir e ajudar a aprovar as contas do nosso Município, que em jeito de balanço, e é disso que se trata, estamos na linha da frente no que toca a defender os interesses dos nossos munícipes do aumento de impostos, pois essa é a forma de nos revermos na nossa essência. -----
Começo esta intervenção por, e em nome do grupo municipal do CDS-PP, parabenizar o executivo municipal pelo rigor, disciplina e visão de governação na gestão dos destinos do município de Ourém. -----
Esteve ao alcance de todos o que foi feito neste último ano de mandato, a continuação do bom trabalho iniciado no mandato anterior. Pois, cá estaremos nós, para continuar a dar o nosso contributo diário no que toca aos interesses de todos os Ourenses. -----
Nós CDS-PP, repetindo-nos, continuamos a defender que a carga fiscal tem de ser moderada, para assim poder-mos criar atratividade para o concelho, para que possamos captar a fixação



de novas empresas para as nossas zonas industriais espalhadas pelo concelho e, dar-lhes ferramentas que lhes permitam criar mais postos de trabalho, gerar mais e maior riqueza e apelar à fixação de novos residentes, contribuindo assim para o aumento da densidade populacional dentro do concelho, fazendo deste modo com que o Concelho consiga prosperar e desenvolver-se, afirmando-se assim como um concelho vanguardista e pleno de oportunidades. -----

Da análise ao orçamento para 2024 e relativamente ao documento ora apresentado, consideramos importante recordar que ainda na oposição, a coligação PPD-PSD/CDS-PP sempre defendeu e sempre se bateu por uma descida robusta em matéria de impostos municipais. Congratulamo-nos com a forma ponderada relativamente ao novo formato para o cálculo do Imposto Municipal Sobre imóveis (IMI), depois de em anos anteriores os mesmos terem consecutivamente descido e se mantendo assim por este executivo o esforço na procura de ir ao encontro do valor mais baixo desde a alteração ao código do IMI. -----

Esse esforço está refletido no orçamento aqui hoje apresentado, em que sendo nossa pretensão um maior esforço na descida de impostos de uma forma geral, entendemos também que por força de um equilíbrio financeiro o mesmo tenha de ser mais contido e faseado. -----

De qualquer forma primamos nós CDS-PP, pela boa governança não descorando e estando atentos, acompanhando a todo o tempo, a possível diminuição de impostos na sua generalidade, contribuindo assim para um desenvolvimento sustentável do concelho e das famílias que dele fazem parte, pois são elas o garante e a continuidade do mesmo. -----

Consideramos também importante fazer alusão ao facto de um conjunto de obras contempladas e, priorizadas no documento apresentado tanto em matéria de urbanismo, como Educação, Mobilidade, Cultura, Desporto, bem como equipamentos com aposta no desenvolvimento económico; obras essas que me escuso de referir de forma direta numa ótica de economia processual; mas, há muito ambicionadas pelas gentes do nosso concelho, que verão a sua conclusão no decurso do próximo ano e seguintes, e que terão como consequência direta o incremento do bem-estar e qualidade de vida dos nossos munícipes, sendo este antecedente um fator para a afirmação de Ourém como um concelho verdadeiramente, e cada vez mais preocupado com a sua terra e com as suas gentes. -----

Gostaria de aproveitar o facto para enaltecer o rigor e disciplina orçamental do atual executivo municipal como tem sido seu apanágio nos últimos anos. -----



Um exemplo pragmático e bem demonstrativo da estratégia ambiciosa que este executivo pretende continuar a imprimir na dinâmica municipal, sendo este um aspeto a salutar pelo CDS-PP, pois prova que execução orçamental será tanto mais disciplinada, quanto mais rigorosa tiver sido a elaboração das projeções. -----

Pode, pois, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, contar com o nosso voto favorável ao documento apresentado. -----

Em virtude desta quadra festiva quero em meu nome e em nome do CDS-PP desejar a todos vós e a todos os Oureenses a continuação de festas felizes e um Novo Ano iluminado, em que o 2024 nos traga paz, alegria, saúde e muita perseverança! -----

Bem-haja!” -----

= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA**, em nome do grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal -----

Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

Sr^{as} e Srs Vereadores -----

Sr^{as} e Srs Deputados municipais -----

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do Município são sempre instrumentos contabilísticos, mas sobretudo instrumentos políticos que refletem a estratégia política do executivo municipal. -----

Não podemos, porém, iniciar uma análise política mais detalhada do Orçamento e das Opções, sem que façamos uma breve análise do contexto geopolítico: se nos dois primeiros orçamentos deste mandato falámos ainda em crise pandémica, a discussão deste orçamento faz-se no meio de uma crise energética sem precedentes, aliada a duas guerras, e devido a isto, deparamo-nos com uma crise inflacionista já sem grande paralelo de memória. Tem-se verificado, a cada dia, um aumento generalizado dos preços, que nos afeta a todos e que, obviamente, condiciona fortemente a execução do orçamento. A juntar a isto, mais recentemente, a queda do governo de maioria socialista devido a um acumular de casos de corrupção e trapalhadas, faz com que exista inevitavelmente um adiamento de decisões e contratos que traz constrangimentos significativos também ao presente orçamento. -----

Perante todo o contexto de grande incerteza, torna-se da mais elementar justiça reconhecer que apresentar um Orçamento Municipal de 66,4 M€, uma subida de 17,4 % em relação ao ano anterior, demonstra uma grande coragem e ambição, bem como uma grande energia e



vitalidade, com uma grande vontade de continuar a querer fazer mais. Repito, o valor do orçamento é superior 17,4% ao anterior exercício. Demonstra também a coragem em assumir outras competências que se tinham vindo a degradar pois quando estas estão na dependência do estado central cada vez se gasta mais e cada vez os serviços são piores. -----

Verifica-se assim que o orçamento tem um crescimento em toda a linha: -----

- Começando pelo lado da receita verifica-se: -----
 - um aumento em impostos diretos. Isso apenas se deve ao crescimento da economia local, dado que praticamente todas as taxas se mantiveram o que representa um claro contraciclo com a maioria dos concelhos do nosso país. Este facto reforça a nossa linha de pensamento, com impostos reduzidos, possuímos uma vantagem competitiva face aos outros e, crescendo o nosso tecido empresarial, crescemos todos permitindo haver disponibilidade para depois ajudar quem necessita e investir para que todos vivam melhor. -----
 - A nível de transferências correntes salienta-se o assumir de cada vez mais competências que tem havido, este ano com maior ênfase na saúde, mas também a continuação no âmbito escolar e ação social. Também a estabilização das áreas ardidas nos incêndios que assolaram o Norte do concelho em Agosto de 2022 terá uma forte componente. -----
 - A nível de transferência de capital salienta-se os 4,4 milhões do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana para financiamento de habitação para arrendamento a custos controlados, bem como os 6,2 milhões de euros resultantes de financiamentos comunitários e do PRR. Este valor superior a 10,5 M€ permite a execução de algumas obras que sem estas verbas não seriam possíveis mas também demonstra que o executivo tem feito um trabalho muito competente em aproveitar os fundos disponíveis e para isso é preciso trabalhar muito, ter ideias, projetos para aproveitar quando as oportunidades aparecem. Esta grande competência do município permite o avanço de obras como o centro de saúde de Caxarias e de Fátima, a creche nas Louças, requalificação de vias importantes como a restante Av. D. Nuno Álvares Pereira em Ourém ou a Av. Irmã Lúcia de Jesus em Fátima e ajudar ainda no grave problema nacional relativamente à habitação que aflige principalmente os mais jovens. -----



- Do lado da despesa, aumentando todas as despesas correntes por vias da inflação que não vale a pena aprofundar aqui, salienta-se: -----
 - Um aumento das transferências correntes e de capital muito significativo, sendo quase 2M€ para as freguesias, quase 3M€ para associações sem fins lucrativos e cerca de 500 m€ para as famílias através do apoio à natalidade. -----
 - A nível de despesa em bens de domínio público e investimento falamos numa participação direta total em obras superior a 27M€ para o ano de 2024. Esta verba visa essencialmente colmatar o valor não participado pelas obras com financiamento público relativas a escolas, centros de saúde e vias já elencadas, mas também ao Parque Desportivo de Fátima, à requalificação da 356 em Rio Couros, entre muitos outros investimentos diretos do Município. -----

Por fim, é também justo salientar que a capacidade da dívida atinge um limite de 46,7 M€, tendo apenas em utilização uma dívida de cerca de 10% deste valor, é um dos melhores indicadores para demonstrar o rigor com que se tem pautado a gestão do município mesmo com todo o investimento executado e previsto fazer. -----

Podemos assim caracterizar o orçamento como um excelente guião, virado principalmente para a parte social, educativa e da saúde, mas também com uma forte componente de investimentos importantes para o desenvolvimento do concelho. -----

Nas Grandes Opções do Plano elencamos para a área da educação a inscrição da construção de mais 2 Polos de ATL em Ourém e Fátima, da requalificação da EB23 de Ourém e Freixianda, de um novo Centro Escolar em Fátima e continuação do apoio à natalidade e infância. Nenhum concelho cresce sem que existam crianças e jovens e o Município mostra uma vez mais uma grande aposta na criação de melhores condições para que o nosso concelho tenha futuro. -----

Relativamente à Cultura, Desporto e Tempos Livres destaca-se além de projetos já falados no orçamento como o Parque Desportivo de Fátima, a construção do parque desportivo de S. Gens, a Capela de S. Sebastião, a reabilitação de Edifício para Biblioteca Municipal, a sede da AMBO, ampliação das Piscinas Municipais de Ourém e a continuação na aposta no Teatro Municipal de Ourém. Investimentos que visam aumentar ainda mais a oferta cultural e desportiva e tornar mais rica a ocupação dos tempos livres. É impossível não constatar, de ano para ano, o aumento da oferta cultural, não só em número, mas principalmente em qualidade.



Relativamente à Saúde, destacamos o investimento para a construção do Centro de Saúde em Caxarias, da Ampliação do de Ourém e requalificação do de Fátima, além do programa de ação local de saúde. Na rubrica da saúde o aumento do orçamento municipal para 2024 é de 73,75%. Não sendo a contratação de médicos uma competência do município, constata-se que o executivo faz o que pode para ajudar a melhorar as condições de saúde pois se não o fizesse até é difícil de imaginar como estaríamos. -----

Também na habitação e urbanismo, verifica-se mais do que uma duplicação do orçamento relativamente a 2023, serão 14,6M€ de obras com especial foco para a construção de habitação para arrendamento a custos controlados, na 2ª fase da reabilitação da Av. D. Nuno Álvares Pereira em Ourém e da Av. Irmã Lúcia em Fátima. -----

Por tudo isto, o Grupo Municipal do PSD dará toda a concordância e suporte ao Orçamento e Grandes Opções tendo em conta a grande ambição demonstrada e parabeniza o executivo pela estratégia seguida até agora, fazendo votos que continue com muitos projetos e obras que melhorarão todos os dias a vida dos Ourenseiros. -----

Após ouvir a intervenção do Sr. Deputado Socialista, não posso terminar a intervenção, sem deixar uma reflexão. Se a câmara tem assim tanto dinheiro qual a razão para que muito recentemente tenha sido aprovado nesta assembleia um empréstimo bancário de longo prazo? Empréstimo esse que até teve a aprovação do partido Socialista em reunião de câmara e nesta assembleia. Só posso concluir que ainda bem que este executivo está a fazer um excelente trabalho e não necessita de qualquer alternativa para o fazer pois a falta de conhecimento de finanças públicas da oposição apenas revela que não tem qualquer preparação para o exercício de funções governativas.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTAPEREIRA, na qualidade representante do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente -----

Dada a época em que estamos, até fica mal estes juízos de valor, de conhecimentos técnicos e falta de conhecimentos. -----

Sinceramente, a única pessoa que fez aqui uma pergunta técnica sobre o orçamento fui eu que tenho uma dúvida que parece razoável. -----

Não sou profissional da política, aliás, nenhum de nós da bancada do Partido Socialista é. Passamos imensas horas a estudar isto, são assuntos difíceis e trabalhosos, documentos com



400 páginas. Acho que este tipo de “acusações” apoucar os colegas deputados. Eu nunca teci qualquer tipo de consideração sobre algum colega deputado. -----

Fico-me por aqui” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte:

“Deixava aqui algumas notas -----

O senhor deputado Nuno Baptista fez uma questão que posso tentar explicar e tem a ver com o processo da habitação acessível junto do IHRU. -----

Nós Câmara Municipal identificamos aquilo que entendíamos que era importante construir em termos de habitação acessível. O nosso projeto há deter muito perto de 100 apartamentos, um pouco espalhados por todo o concelho, não só em Ourém e Fátima, o que nos parece suficiente tendo em conta as carências existentes. -----

Volto a repetir, não podemos retirar a iniciativa privada do processo porque, felizmente, temos muita gente a construir no nosso concelho que, obviamente, o quer continuar a fazer e tem essa intenção. Por isso, temos de ser muito moderados nesta questão e é isto que procuramos fazer. -----

Identificamos os lugares, segue-se uma avaliação por parte de um perito da lista oficial que avaliza os valores que estão em cima da mesa, sendo comunicados ao IHRU. O IHRU faz a escritura, será o dono dos imóveis. Depois dos adquirir, o IHRU vai ceder esses imóveis, através de contrato, ao Município para que o Município possa lançar concurso para a sua construção, financiado 100% pelo IHRU. Depois de estarem concluídos, o Município cede-os concluídos ao IHRU que, por sua vez, fará a gestão do arrendamento. -----

É este o processo em termos práticos, em termos administrativos, como vai funcionar esta situação. -----

Em termos contabilísticos, em termos financeiros o efeito é neutro. O valor da despesa há de ser exatamente igual ao valor da receita porque é 100% financiado pelo IHRU. -----

Outras considerações. O senhor deputado diz que o orçamento está muito empolado. Recordo que temos de cumprir com a regra dos 85% no âmbito da receita. Este ano, ainda não tenho contas finais, mas há de ficar muito perto a receita dos 100% do que estava orçamentado. No próximo ano poderá não ficar nos 100% porque, admito, haja aqui valores do IHRU que possam estar um pouco mais altos, até porque o procedimento, só para termos uma ideia, os outros municípios já fizeram a aquisição quase toda dos terrenos, estamos a falar de terrenos



municipais que são cedidos em direito de superfície ao IHRU. No nosso caso, estamos a falar de terrenos particulares e, neste caso, tem de ser o senhor Primeiro Ministro a autorizar. Isto demora mais tempo. Só muito recentemente é que ele autorizou duas situações aqui em Ourém e temos uma em Fátima que não está ainda, mas que pensamos que possa ser rapidamente concluída, o que atrasou o processo em termos administrativos e em termos burocráticos. -----

Voltando à questão daquilo que o Partido Socialista defende, que deveríamos reduzir o IRS e o IMI. Obviamente a questão que se coloca é, se isso acontecesse, o que é que nós retiraríamos de investimento. Onde? Não basta dizer que queríamos retirar receita, temos de dizer depois onde é que iríamos deixar de investir. Nas freguesias, na ação social, nos equipamentos desportivos? Não basta dizer que íamos retirar a receita, temos de dizer que para retirar esta receita íamos deixar de investir ali, ali e ali. O senhor deputado deveria dizer onde que investimentos iria abdicar para fazer face à redução de receita de mais de 2 milhões de euros que iríamos ter se acomodássemos as propostas que o Partido Socialista aqui nos trouxe. -----

Em relação aos planos de urbanização, obviamente, concordo. Caxarias é um caso gritante, tendo em conta o desenvolvimento e o crescimento da vila, necessita urgentemente de um Plano de Urbanização. Queremos iniciar esse processo o mais rapidamente possível, não descartando a possibilidade de o fazermos nas vilas, nomeadamente, Freixianda, Vilar dos Prazeres e Olival porque admito que possam necessitar. Mas, não podemos também estar em tanto lado ao mesmo tempo. -----

Em relação à Cresce. Não estamos aqui a dizer que sabemos tudo. Aceitamos as propostas, como temos aceite algumas da senhora Vereadora do Partido Socialista. Não somos os donos da verdade. Não é por termos a maioria que temos que somos os donos da verdade. Admitimos que erramos e podemos aceitar algumas das opções que são aqui trazidas pela oposição. Nesta situação em concreto, na altura, não havia Avisos abertos para autarquias. Posteriormente, isso aconteceu e nós aproveitamos essa oportunidade. Temos um financiamento cerca de 220 mil euros que nos pareceu interessante, tendo em conta que temos aquele local, o prédio das Louçãs que estava devoluto e tínhamos algumas dúvidas sobre como o iríamos aproveitar. Percebemos que não havia nenhuma IPSS interessada. Como vos disse, estamos a falar de um investimento de cerca de 1 milhão de euros e só temos



financiamento de 200 mil, por isso estamos a pedir um crédito bancário para o efeito. Admito que nenhuma IPSS teria condições para o fazer. sentíamos essa necessidade e avançamos para essa situação. -----

Sobre o que o senhor deputado aqui trouxe, e não entrando em considerações de qualidade, questões técnicas, de saber ou não saber sobre orçamento, dizer que é pertinente o que aqui traz. Os senhores dizem que temos saldos bancários muito altos, mas mesmo assim somos obrigados a fazer empréstimo bancário. Não o estamos a fazer por capricho, estamos a fazê-lo porque entendemos que o estamos a fazer para fazer face aos investimentos que são necessários fazer. repito aqui o que já foi dito, conforme disse o Chefe de Divisão Financeira da Câmara Municipal, o dinheiro que temos em saldos bancários, hoje cerca de 9 milhões de euros estão alocados a investimentos que estão em curso. Hoje, com a Lei dos Compromissos temos de demonstrar que temos capacidade financeira para pagar atempadamente, estamos a pagar a 20 dias, aos nossos fornecedores. Esse dinheiro é para isso. Quantas vezes não acontece queremos fazer uma aquisição de mil euros de uma coisa qualquer e não há cabimento, e temos 9 milhões de euros na conta. Não há cabimento porque o dinheiro está todo alocado aos investimentos em curso. -----

O dinheiro existe para pagar aquilo que está em curso. Os saldos existem porque efetivamente existe muito investimento em curso. -----

Por fim, também só uma nota em relação ao senhor deputado João Pereira. Recordo que ele o ano passado disse que não tínhamos cumprido com o que está legislado em termos de pedido de contributos para o orçamento, penso que este ano corrigimos e fizemo-lo. enviamos um pedido de contributos ao MOVE, ao Partido Socialista, ao CDS-PP, ao CHEGA e ao PPD/PSD. Alguns fizeram chegar contributos, outros não. Depois de termos uma proposta de orçamento, enviamos outra vez para os partidos políticos para que eles pudessem pronunciar-se sobre esse documento e não tivemos qualquer tipo de contributo, nesse período, o que vem um pouco contrariar um pouco aquilo que o senhor deputado do MOVE veio aqui dizer o ano passado que o devíamos ter feito para que se pudessem pronunciar. Este ano fizemo-lo e não se pronunciaram. Este ano cumprimos com aquilo que efetivamente estava na Lei e que nunca tinha sido feito nesta Câmara Municipal e que este ano o fizemos pela primeira vez. -----

Muito obrigado” -----



----- NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 06 ABSTENÇÕES – 05 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE; 28 VOTOS A FAVOR – 23 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 03 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 01 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 34 PRESENÇAS -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Assembleia Municipal de Ourém, 15 de dezembro 2023 -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,